

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais

Programa de Pós-Graduação em Ciências Criminais - Mestrado

PAULA HELENA SCHMITT

**ESPAÇO, SOCIABILIDADE E SEGURANÇA:
PERSPECTIVAS DE ENCONTRO A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NO
BAIRRO FLORESTA**

Porto Alegre, 2015.

PAULA HELENA SCHMITT

**ESPAÇO, SOCIABILIDADE E SEGURANÇA:
PERSPECTIVAS DE ENCONTRO A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NO
BAIRRO FLORESTA**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção de grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Criminais da
Faculdade de Direito da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Jacobsen Gloeckner

Porto Alegre, 2015.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S355e Schmitt, Paula Helena

Espaço, sociabilidade e segurança : perspectivas de encontro a partir de um estudo de caso no bairro Floresta / Paula Helena Schmitt. – Porto Alegre, 2015.

156 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Criminais) – Faculdade de Direito, PUCRS.

Orientação: Prof. Dr. Ricardo Jacobsen Gloeckner.

1. Violência Urbana. 2. Representação Social. 3. Segurança Social. 4. Segurança Pública. 5. Espaços Urbanos. I. Gloeckner, Ricardo Jacobsen. II. Título.

CDD 301.633

Ficha Catalográfica elaborada por Ramon Ely – CRB10/2165

PAULA HELENA SCHMITT

**ESPAÇO, SOCIABILIDADE E SEGURANÇA:
PERSPECTIVAS DE ENCONTRO A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO NO
BAIRRO FLORESTA**

Dissertação apresentada como requisito para
obtenção de grau de Mestre pelo Programa de
Pós-Graduação em Ciências Criminais da
Faculdade de Direito da Pontifícia
Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Jacobsen Gloeckner

Examinador(a)

Examinador(a)

Porto Alegre, 2015.

A ti, vó Natália.

RESUMO

Cidades são cenários móveis onde se desenrolam fenômenos sociais complexos. A combinação formada pela perda de credibilidade dos poderes públicos na gestão da vida coletiva e as difundidas representações sociais acerca do medo da violência podem conduzir a uma generalizada sensação de insegurança, resultando em processos de alienação política, segregação espacial e utilização de recursos privados de autoproteção e autocontenção. O que se observa, assim, é uma desestruturalização da sociabilidade urbana pela redução do trânsito espontâneo nos espaços públicos e das possibilidades de encontro com a diferença, o que, em última análise, potencializa as escalas de risco. Por isso, através de um estudo de caso no Bairro Floresta, em Porto Alegre/RS, o que se propõe é tensionar a relação entre espaço, sociabilidade e segurança, problematizando as dinâmicas sociais locais em sua potencial capacidade de produzir fendas no tecido homogêneo e hegemônico do isolamento individualista, formulando uma ruptura emancipatória com a experiência urbana calcada no medo e uma ressignificação da experiência sócio-espacial.

Área de concentração: Sistema Penal e Violência.

Linha de pesquisa: Violência, Crime e Segurança Pública.

Palavras-chave: Representações sociais. Confiança. Segurança. Espaço local. Bairro Floresta.

ABSTRACT

Cities are moving scenarios in which complex social phenomena unwind. The combination formed by the loss of credibility of the public authorities in the management of collective life and the diffused social representations regarding the fear of violence can lead to a generalized feeling of insecurity, resulting in political alienation, spatial segregation, and the utilization of private resources for self-protection and self-restraint. What can be seen, therefore, is the lack of structure of the urban society by the reduction of spontaneous traffic in urban spaces and the possibilities of the encounter with the difference that, ultimately, enhances the risk scales. Therefore, through a case study in the Floresta neighborhood, in Porto Alegre/RS, in which proposes the tension of the relation between space, sociability, and safety, questioning the local social dynamics in its potential capability of producing cracks in the homogeneous and hegemonic tissue of the individual isolation, formulating an emancipatory rapture with the urban experience grounded in fear and a redefinition of social-spatial experience.

Focus area: Penal System and Violence

Research line: Violence, Crime, and Public Safety

Keywords: Social Representation. Trust. Safety. Local Space. Floresta Neighborhood.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. PERCURSOS DA INSEGURANÇA: medo, representações e confiança....	16
1.1 O medo na cultura ou o inferno são os outros.....	17
1.2 A liberdade dos outros: confiança como capital social.....	21
1.3 Representações sociais da violência em moradores, comerciantes e prostitutas do Bairro Floresta.....	25
1.4 Instabilidade democrática e (o impacto na) confiança: o Estado entre a ausência e o excesso.....	43
1.4.1 Polícia e Poder Judiciário.....	50
2. REFLEXOS URBANOS: dos espaços de contenção aos espaços de contágio.....	67
2.1 Privatização da vida cidadina: recursos de proteção e efeitos urbanos.....	68
2.2 O espaço da identidade e a identidade do espaço.....	80
2.3 O espaço do outro: a crise do encontro e a falácia do multiculturalismo.....	86
3. GESTÃO URBANA, POLÍTICA PARTICIPATIVA E AÇÃO SOCIAL: resignificando a experiência urbana.....	93
3.1 Gestão urbana: o protagonismo do espaço local.....	95
3.1.1 Ação social e ação estatal: espacialidade da segurança.....	103
3.2 Sociabilidade e cooperação na superação do isolamento pelo engajamento.....	107
3.2.1. Apropriação espacial e familiaridade vizinhal: os riscos da identidade de grupo.....	116
3.2.2 Gentrificação como excedente da revitalização.....	122
3.3 Constituição do espaço público ou por uma política do encontro.....	128
NOTAS CONCLUSIAS.....	134
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141
ANEXO A.....	149
ANEXO B.....	151
ANEXO C.....	154

INTRODUÇÃO

O indivíduo se situa no espaço e lhe confere sentidos, que são, no tempo, permanentemente ressemantizados. É nele que o homem estabelece suas relações intersubjetivas, atribui valores sociais e regula suas práticas cotidianas. A ação social desenvolvida no espaço produz imagens e discursos sobre ele que, de forma relacional, atribui interpretações e significados aos atores que o ocupam. Nesse sentido o espaço, enquanto produto e produtor de identidades, deve ser concebido como um permanente *processo*.

Especificamente no que diz respeito à temática da violência, os centros urbanos e suas dinâmicas comunicacionais têm revelado um forte sentimento de insegurança da população, aparentemente vinculado ao medo generalizado da criminalidade. Apesar de sistemas de segurança cada vez mais abrangentes e sofisticados, remanesce uma incômoda sensação de alerta constante, que deposita no outro – no estranho, no estrangeiro, no desconhecido – a iminente representação do mal. A sensação de insegurança parece intimamente ligada ao esmorecimento da confiança acerca dos comportamentos alheios e da capacidade dos poderes públicos em gerir essa conflitividade e estabilizar expectativas normativas dos cidadãos.

Não surpreende que esse quadro provoque reflexos nas relações intersubjetivas mantidas entre os indivíduos, na sua avaliação sobre a efetividade das instituições estatais e na formulação espacial dos usos da cidade. O tema avoca relevância na medida em que as representações sociais acerca da questão da violência assumem um papel de controle, gestão, autoridade e domínio na regulação da vida cidadã e no uso do espaço urbano pelo indivíduo. Por isso, “trabalhar a espacialidade urbana, a violência e o medo equivale a trabalhar a concretude da criminologia e da política criminal.”¹

Por conseguinte, o presente estudo radicou-se em três problemas de partida:

A) *como são formuladas as representações sociais acerca da violência?*, B) *de que maneira elas intervêm na construção e usos do espaço urbano e na relação entre os indivíduos situados nesse espaço?*, C) *quais as formas de estabelecimento de uma nova*

¹ BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro*: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 203.

relação com a cidade, a partir de práticas e usos sócio-espaciais que propiciem a experiência de resignificação do espaço urbano e ruptura com os efeitos do imaginário do perigo?.

Para enfrentar essas questões, propôs-se a elaborar uma pesquisa composta por duas dimensões: uma teórica, através de revisão bibliográfica, e outra empírica, por meio de estudo de caso com observação participante, entrevistas, diálogos informais e análise de documentos relativos ao Bairro Floresta.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as diretrizes previstas na Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, vinculado ao Ministério da Saúde (CAAE nº 31120514.3.0000.5336), e também pela Comissão Científica da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS (parecer nº 001/2014). Para a realização desta pesquisa foram seguidas as recomendações éticas previstas pela comunidade científica, tomando-se especial cuidado com a confidencialidade das informações individuais.

Por que o Bairro Floresta

Em um primeiro momento, a ideia de trabalhar junto a uma região específica da cidade surgiu com a finalidade de viabilizar a observação empírica de dinâmicas urbanas, criminalidade e percepção do risco. Isso seria possível, em certa medida - ao menos no que tange ao uso dos espaços públicos, às intervenções urbanas, ao funcionamento do comércio, à disposição das áreas de trabalho, lazer e residência, aos dispositivos de segurança e mecanismos de controle adotados nessas áreas, ao nível de vigilância informal exercida nas ruas, aos comportamentos cotidianamente regulados pelo medo da violência e ao tipo de políticas públicas exercidas pelas autoridades governamentais no combate ao crime e no incentivo da vida pública.

Além do mais, a hipótese de trabalho com uma região da capital se coadunava à ideia de municipalização da política e descentralização do governismo nacional, que vinha ganhando vulto no estudo de políticas públicas de segurança. Ou seja, o contato com a realidade das representações de uma área pequena, embora não estritamente definida pelos marcos geográficos, permite elaborar o debate sobre a questão da segurança a partir de uma ótica microssocial, mais atenta às especificidades territoriais. Ainda que jamais se deva olvidar o fato de que a segurança é uma questão pertencente a uma esfera de experiência ampla, o que se acredita é que o debate sobre o repasse de

recursos e competências na área pelo governo federal aos municípios, assim como o incentivo à participação popular na gestão urbana, precisa ser fomentado.

Um dos objetivos elencados no projeto de dissertação era apontar para formas de enfrentamento do problema da insegurança em nível microssocial, através do engajamento popular e não do isolamento, ao contrário da tendência que se tem observado. Em razão disso, chamou a atenção que, recentemente, a comunidade do Bairro Floresta vinha se articulado em torno de diversas propostas de no sentido de revitalizar o bairro de maneira ampla, tornando-o atrativo desde o ponto de vista comercial, consolidando-o como polo de empreendedorismo criativo e fortalecendo os laços de amizade e vizinhança.

Desde 2012, o Bairro sofreu várias mudanças. Primeiramente, instalou-se na Rua São Carlos, uma das principais, o Porto Alegre Hostel Boutique, incrementando as opções culinárias e acomodativas e introduzindo, assim, novo movimento ao Bairro. Logo foi fundada a associação Refloresta, grupo composto por empresários, moradores e outros representantes locais. Dentre os projetos promovidos pelo Refloresta, um dos mais interessantes é o brechó de rua que se instalou também na São Carlos, nas tardes de domingo. Ainda na Rua São Carlos, em agosto de 2013 foi inaugurada uma versão da tradicional *Feira Modelo* do município, aberta todas as terças-feiras até as 20h30, no espaço conhecido por Praça Florida.

As ações são legítimas e trazem uma série de benefícios ao bairro, pois estimulam a ocupação e fortalecem os espaços de socialização, empoderando a comunidade com relação ao seu espaço e fortalecendo as relações vizinhais. Não obstante, pela perspectiva de um outro olhar, é de se ter em conta que o referido logradouro, palco de diversas transformações desde 2012, é também onde se encontra uma das maiores concentrações de prostituição de travestis e mulheres cisgênero na capital, sendo amplamente conhecido por esta atividade (que, aliás, já é tradicional do Bairro, uma vez que remonta à proximidade da zona portuária). Não se deve deixar escapar, portanto, que apesar de serem autênticas formas de engajamento popular, há por trás delas o conflito da ocupação (legítima) do espaço. A ideia de ocupar a rua com feiras e brechós, realizados e utilizados pelos próprios moradores, não se destina apenas a solidificar uma característica muito particular do Bairro Floresta, que é a proximidade das relações pessoais locais, mas também, de uma maneira mais sutil, a demarcar uma fronteira de acesso à rua. Essa fronteira se mostra pelo estabelecimento de um horário em que a prostituição fica indiretamente impossibilitada de acontecer e, por isso, em

que uma determinada categoria de pessoas fica impossibilitada de fazer o *seu* uso da rua.

Além desse conflito, o local é atravessado por outras circunstâncias importantes. O Bairro Floresta faz parte de um projeto mais amplo previsto para revitalização do 4º Distrito de maneira geral, com apoio da Prefeitura Municipal. É de se ter em conta que a região já foi, décadas atrás, uma das mais atrativas de Porto Alegre: central, plenamente industrializada, habitada por proprietários de fábricas e operários, e à beira do que havia de mais moderno em via asfáltica – a Avenida Farrapos. No entanto, o Plano Diretor vigente de 1959 estabelecia exigências cuja (limitada) flexibilidade acabou por arrefecer um pouco a industrialização do lugar, que era conhecido como Bairro das Chaminés. Além disso, por se tratar de região relativamente baixa no plano geográfico, o 4º Distrito sofreu diversas enchentes ao longo dos anos, sendo a mais drástica no ano de 1941, fatos estes que levaram os empresários a transferir suas indústrias para as regiões metropolitanas e a se mudar para os terrenos imediatamente mais altos, como o Bairro Moinhos de Vento. Várias unidades industriais ficaram desocupadas, como aliás muitas permanecem até hoje. Por fim, ao longo dos anos o tombamento de vários prédios locais também dificultou a manutenção dos imóveis, que gradualmente foram sendo abandonados.

Assim, em pouco tempo, a região foi-se esvaziando. Com a evasão das indústrias e, correlatamente, de empresários e operários, o 4º Distrito, em especial o Bairro Floresta, transformou-se em um local menos movimentado e repleto de enormes construções industriais vazias. Concomitantemente, a Avenida Farrapos sofreu a intervenção dos dois corredores de ônibus que a percorrem integralmente, e a prostituição se intensificou. O conjunto desses fatores veio a transformar um dos primeiros bairros de Porto Alegre, então elitizado, em uma área considerada degradada de ocupação pouco planejada.

Após um longo período de abandono comercial e público, o 4ª Distrito tem voltado à cena dos investimentos mobiliários, depois que grandes incorporadoras passaram a projetar edifícios no local. As construções ainda não foram erguidas, mas já prometem modificar a estrutura do local, na medida em que preveem bares, shoppings, conjuntos habitacionais e outros tipos de atrações arquitetônicas.

Por tais motivos, o Bairro Floresta se mostrou um *locus* privilegiado de análise.

A pesquisa empírica

A partir dessa escolha, foram elaboradas entrevistas dirigidas a três grupos básicos de amostragem: comerciantes/empresários, prostitutas e moradores. Ainda, deveriam ser ouvidas pessoas específicas cuja importância da troca dialogal sobreviesse ao longo da pesquisa empírica.

Os indivíduos foram selecionados de forma aleatória dentro da cada grupo de amostragem, e convidados a participar voluntariamente do estudo, sobre o qual receberam as informações correspondentes (finalidade das entrevistas e o objetivos do trabalho, também expostos no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Optou-se por incluir as entrevistas no trabalho através de menções específicas, com referência às expressões literais utilizadas pelos entrevistados, e também de forma genérica, como expressões contidas dentro de discursos gerais. Nesse caso, nem todas as entrevistas realizadas são citadas de forma individualizada no texto. Com o objetivo de proteger o sigilo dos dados, os nomes utilizados neste artigo são fictícios, à exceção dos entrevistados que possuem cargo público ou figuram como líderes de associações e projetos de empreendedorismo.

É de se ressaltar que as entrevistas realizadas não se pretendem *representativas* do pensamento da totalidade do Bairro Floresta, inclusive porque a região é composta de vários “eixos” muito diferentes entre si. Basta que se compare, sumariamente, o ambiente entre as avenidas Voluntários da Pátria e Farrapos, em decadência pela ausência de urbanização e movimento, com a região do entorno do Shopping Total, plenamente arborizada e em franca atividade econômica e de lazer, onde aliás se encontra situada a rua que recentemente se tornou patrimônio ambiental da cidade em razão da beleza das suas centenárias Tipuanas, a Gonçalo de Carvalho. A pequena representatividade da amostra analisada e as peculiaridades locais não permite, assim, qualquer espécie de análise de natureza quantitativa, mas sim qualitativa.

A função das entrevistas, portanto, é tripla: primeiro, a de aventar questões imprevistas ou pouco exploradas pelo projeto de pesquisa, mas que se afiguram de extrema relevância na esfera microsocial do Bairro. Ou seja, representações, casos, histórias e conflitos específicos que só podem ser auferidos adequadamente pelo contato direto com a realidade local. Segundo, a de demonstrar empiricamente algumas linhas de pensamento e ação que, embora não possam efetivamente representar a região, devem ser consideradas pertinentes por serem demonstrativas daqueles enunciados que são tomados como legítimos e daqueles que não o são. Por fim, em terceiro lugar, a de propiciar o confronto entre discursos que se apresentam conflitantes em um dado

momento, justapondo dialeticamente os medos, anseios, imaginários e esperanças de pelo menos três grupos de amostragem.

É de se ressaltar, ainda, que o estudo do Bairro Floresta não se adstrita aos marcos geográficos definidos oficialmente pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre (Lei 2.022/59, com recentes propostas de alteração de limites territoriais). No plano da existência local não há fronteiras físicas cuja estabilidade se sobreponha à contingência do fator humano. De fato, os próprios nomes de bairros são antes designações topográficas populares ancoradas na memória e na experiência coletiva do que uma consagração oficial. Por isso, os bairros se apresentam como lugares reais e imaginados, mas intrinsecamente articulados uns aos outros através de pequenos nós de práticas sociais. Assim, especialmente em pesquisas na área das ciências sociais, lugares são mais bem localizáveis que definições geográficas de bairros cuja identidade é dificilmente abarcável pela delimitação de suas fronteiras.² Portanto, aqui, quando se refere ao Bairro Floresta, está-se fazendo menção a um lugar identificável, porém permeável; a um território social aproximado, cuja definição pertence ao domínio da tradição e dos discursos produzidos endógena e exogenamente.

Por que representações sociais

A opção pela pesquisa qualitativa, utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, possibilitou auferir das pessoas investigadas dados sobre suas representações acerca do espaço a que denominam Bairro Floresta, englobando concepções sobre dinâmicas locais de vizinhança, conflitualidade e segurança, ação social e atuação pública. A utilização de análise de representações sociais na pesquisa procura ressaltar a expressiva interferência que crenças, valores, e ideologias, tomados em sua condição de interpretações individuais ou coletivas acerca das coisas do mundo, importam ao conhecimento do social.³

A violência é não só um conceito ambíguo *per se*, mas uma realidade social de abordagem complexa. Sobre ela confluem mensagens ambivalentes, retóricas desencontradas, experiências emotivas e memórias ressentidas. Não basta, portanto,

² CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, Antônio Firmino da. Bairros: contexto e intersecção. *In*: VELHO, Gilberto (Org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 60.

³ PORTO, Maria Stela Grossi. *Sociologia da Violência: do conceito às representações sociais*. Brasília: Verbena, 2010, p. 83.

analisar mapas e estatísticas. É indispensável que se leve em conta a dimensão subjetiva contida no real, e, para isso, a metodologia das representações sociais é interessante.

Parece infrutífera a tentativa de estabelecer níveis de correspondência entre uma suposta realidade dos números da violência e uma supostamente abstrata interpretação íntima acerca dela. Isso porque, efetivamente, a concretude das políticas públicas, das práticas sociais e dos usos espaciais não são senão reflexos dos significados que se produzem acerca de uma determinada questão. O conhecimento é obtido assim, não pela análise de dados estatísticos, mas chega-se a ele interrogando a realidade por meio do que se pensa sobre ela.⁴ No caso, ao invés de centrar a análise nos dados brutos da violência, interrogam-se as figuras imaginativas que gravitam em seu entorno, sob o argumento de que as interpretações produzidas interferem nos comportamentos desenvolvidos frente à violência.

Desse modo, ao invés de se pensar o grau de “verdade” ou de “realidade” contido nas representações sociais, o que se propõe é analisar até que ponto elas atuam no condicionamento de condutas cotidianas e na constituição e reprodução de ideologias e, institucionalmente, de políticas públicas. A ideia, portanto, é atentar para a relevância dos aspectos subjetivos acerca da questão da violência e da segurança.

⁴ PORTO, Maria Stela Grossi. *Sociologia da Violência*: do conceito às representações sociais. Brasília: Verbena, 2010, p. 67.

NOTAS CONCLUSIVAS

Em termos de pesquisa qualitativa, especialmente as que envolvem temas complexos como criminalidade, representações sociais e experiência urbana, resultados serão sempre parciais e conclusões sempre limitadas. Certamente, traçar epílogos de relações dinâmicas não é apenas uma atividade difícil, mas abandonada *a priori*. Isso não impede, no entanto, que se ofereça uma síntese das hipóteses confirmadas (ou não) ao longo da pesquisa.

Inicialmente, partiu-se de um triplo problema. A) *como são formuladas as representações sociais acerca da violência?*, B) *de que maneira elas intervém na construção e usos do espaço urbano e na relação entre os indivíduos situados nesse espaço?*, C) *quais as formas de estabelecimento de uma nova relação com a cidade, a partir de práticas e usos sócio-espaciais que propiciem a experiência de ressignificação do espaço urbano e ruptura com os efeitos do imaginário do perigo?*.

Para investigar os questionamentos propostos, optou-se metodologicamente pelo estudo de caso no Bairro Floresta, e fez-se uso de uma combinação - que se revelou muito rica - de instrumentos de coleta de dados, mais especificamente de entrevistas formalizadas, diálogos informais, pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. Ao longo da pesquisa as entrevistas, semiestruturadas, acabaram se mostrando pouco eficazes no seu intuito de auferir elementos bastante subjetivos sobre as relações entre os entrevistados e os seus vizinhos e/ou colegas de trabalho, as instituições públicas, a violência e a experiência com o Bairro. Isso se deu por alguns motivos específicos: primeiro, porque algumas pessoas (especialmente as prostitutas) hesitavam diante da necessidade de assinar um documento - no caso, o termo de consentimento livre e esclarecido -, e principalmente de consentir com a gravação da conversa. Houve também quem respondesse às questões discursivas de forma deveras objetiva, esvaziado o potencial de uma diálogo. Por fim, existe ainda um empecilho natural da entrevista documentada, assinada e gravada, que decorre da sua formalidade. Com efeito, nelas os entrevistados tendem a responder aquilo que concebem como politicamente correto, ou, melhor dito, o que supõem que o entrevistador espera ouvir. De fato, essa é uma lógica à qual o entrevistador também responde, na medida de sua tendência a escutar/fazer falar o que deseja ouvir. Isto é, mesmo com o cuidado tomado na formulação das perguntas e no modo de abordagem, é sempre preciso considerar que existem certos

tipos de respostas que são mais adequados, razoáveis e socialmente aceitos para determinados contextos, assim como existem tipos de resposta que melhor se acomodam às hipóteses trabalhadas na pesquisa. Tal como uma infantil relação parental, o entrevistador possui expectativas de ouvir determinados discursos, e o entrevistado de proferi-los a contento.

Então, de fato, foram realizadas 11 entrevistas formais nos moldes em que foi planejado, entre moradores, lideranças locais, comerciantes, prostitutas e o Comandante da 4ª Companhia do 9º Batalhão de Polícia Militar. Paulatinamente, esse modelo de entrevista foi redirecionado para diálogos informais, devidamente registrados mas não gravados e assinados. Neles, foram ouvidas outras prostitutas, entre mulheres cisgênero e travestis, o Secretário Municipal de Governança Local e moradores. Ademais disso, houve o acompanhamento a uma série de reuniões formais e encontros festivos, conhecimento topográfico da área (por mapas e caminhadas), pesquisa em exemplares do jornal comunitário, e, finalmente, no âmbito teórico, pesquisa bibliográfica realizada especialmente nas áreas da sociologia, antropologia, criminologia, geografia e arquitetura e urbanismo.

Os resultados surpreenderam pelo fato de se constatar, no Bairro Floresta, um número maior de conflitos do que aquele que se conhecia de antemão (a prostituição). Com efeito, a maior parte dos entrevistados possui um determinado “resguardo”, eufemisticamente falando, com diferentes agrupamentos identitários, a saber: moradores com prostitutas, prostitutas com travestis, moradores com papeleiros, prostitutas com papeleiros, moradores com pessoas em situação de rua. Vale ressaltar que moradores da rua que utilizam o Albergue Municipal local e os papeleiros que habitam ou trabalham a conhecida Vila dos Papeleiros, situada na periferia do Bairro, não foram entrevistados em razão da ausência de planejamento prévio, estratégia de abordagem e tempo hábil.

Além disso, também se sobressaiu o fato de que esses conflitos, combinados à história específica do Bairro Floresta e ao sentimento de abandono público, produzem uma sensação mais ou menos generalizada de um ambiente degradado, que no caso do Bairro Floresta constitui motivação suficiente para a consecução de diversas tentativas de cooperação social, quando era possível que ocorresse o contrário. Não há dúvidas, portanto, que no *locus* da pesquisa os atores sociais tem agido em torno do engajamento social, e não do isolamento.

De todo modo, essa ideia de degradação produz representações espaciais ligadas à violência, estando muito mais vinculada à sensação de insegurança do que está a

experiência da criminalidade propriamente dita. Isso não quer dizer que não ocorram crimes no Bairro; como em todos os outros ambientes da cidade, condutas criminosas são empreendidas e podem resultar em experiências realmente traumáticas. No entanto, o que se percebe é que a ocorrência de crimes não é um fator fundamental ou exclusivo na formulação de representações sociais, mais precisamente na formulação de representações dos atores sociais do Bairro Floresta sobre se tratar de um local inseguro. Frequentemente, não é o crime em si que produz medo, mas questões paralelas como a inoperância do poder governamental, o abandono dos espaços públicos e a corrosão da sociabilidade. Representações tem conteúdo valorativo, histórico, geracional e midiático, e como crenças interpretativas elas estão sujeitas à reconstrução na medida em que novos significados a respeito dos objetos representados são produzidos pelas experiência pessoal, as relações sociais e a comunicação de massa.

Com efeito, desimporta aferir a equivalência entre medo (expectativa de violência) e taxas reais de risco, já que essa separação de dimensões objetiva e subjetiva é ilusória. Representações sociais, ou seja, interpretações pessoais e coletivas acerca das questões que envolvem criminalidade, punição e segurança orientam práticas correspondentes, isto é, interferem direta e indiretamente nos âmbitos da ação social, do debate político e das estratégias repressivas. A análise efetuada a partir dos dados relativos às representações sociais têm sua utilidade na capacidade que possui de indicar tendências sociais, ou melhor, direções para as quais apontam a interpretação pública a respeito de determinados fenômenos e, por conseguinte, o rumo possivelmente tomado pelas políticas públicas de segurança.

Pesquisadores e autoridades públicas não se devem deixar enganar pela atenção excessiva nos números da violência enquanto negligenciam a relevância estratégica e emocional da percepção social. Se assim for, não serão capazes enfrentar, em sua complexidade multidimensional, os desafios da segurança pública no Brasil, correndo o risco de desperdiçar dinheiro, tempo e energias preciosas em batalhas inócuas – leia-se, contra pessoas. *Aqui, portanto, respondeu-se ao primeiro problema.*

É sabido que o Brasil possui uma história marcada pelo autoritarismo político-militar, numa inusitada combinação entre patrimonialismo político e liberalismo econômico, o que certamente não foi herdado da ditadura, mas nela se materializou. Atuações ambíguas do Estado na afirmação e violação de direitos civis são diárias e, em parte, constituem respostas às demandas igualmente ambíguas da população brasileira, mas acabam por gerar um senso difundido de descrença e perda de confiança na

instituições públicas e representantes que compõem os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Trata-se de uma instabilidade própria da democracia brasileira, mas inserida em um contexto que talvez se possa dizer global de perda de fé na capacidade dos Estados em gerir a contento a vida dos cidadãos. A confiança em uma determinada instituição é uma medida entre as expectativas normativas sobre como essa constituição deveria funcionar e as experiências próprias e alheias a respeito de como ela realmente desempenha seu papel. Nesse sentido, parece haver pouca correspondência entre o que os cidadãos esperam do Estado como sendo um atuação voltada à concretização da justiça penal, e o que eles percebem do cotidiano das instituições. O quadro parece se constituir em torno de um cenário fragmentário no qual os cidadãos vivem o paradoxo de requerer assistência de instituições sobre as quais nutrem profundas desconfianças, sem instrumentos e condições de se alçarem a qualquer nível de emancipação com relação aos sistemas de administração da vida que elas representam.

Essa frustração, que não deixa de estar inserida na esfera das promessas não cumpridas da modernidade, associada a representações amplamente difundidas acerca da violência e do medo, compõe um cenário sócio-espacial específico de dinâmicas urbanas. Fenômenos como a segregação espacial e a utilização massiva de mecanismos de segurança privada, não há dúvida, são os que mais se destacam pela sua capacidade de provocar o esvaziamento dos espaços públicos e uma extraordinária redução das possibilidades de contato com a diversidade. A interação social, a participação política e o uso da cidade são competências do cidadão; nesse caso, o medo pode ressurgir então como próprio fundamento da *verdadeira incivilidade*, ou seja, na forma da generalizada abstenção do encontro, com consequentes processos de isolamento urbano, o esmorecimento do espaço público e desinteresse pela participação política.

Os espaços urbanos, concebidos como produtos e produtores de identidades, são *processos* de semantização que recebem e atribuem significados àqueles que deles usufruem. Identidades são construídas, dessa forma, através de um viés relacional, porque não são senão a consciência reiterada da diferença, do contraste, do seu próprio exterior. Os meios urbanos são densos, e podem oferecer conjunturas marcadas pela heterogeneidade de manifestações culturais e identitárias. Mas fenômenos como os acima descritos tem por natureza característica a homogeneização, isto é, a esterilização subjetiva dos espaços, que em última análise é também uma opacidade ética e estética da cidade. O espaço, concreta e simbolicamente vivido, é ao mesmo tempo a expressão do medo (enquanto origem do preconceito) e a condição de seu rompimento.

Especificamente, o Bairro Floresta é um dos mais antigos do município de Porto Alegre, e ainda possui uma habitação marcada pela horizontalidade e pela boa relação entre vizinhos. Mas ele também sofreu as mudanças trazidas pela sociedade contemporânea. Existe um claro saudosismo da qualidade de vida que representava a ausência de cercas nas casas, o acesso direto ao Lago Guaíba, o contato próximo e pessoal com a polícia, o franco crescimento econômico da área, enfim, a familiaridade e o senso de pertencimento com o lugar. Como passar dos anos, o claro arrefecimento econômico, o abandono público e a realização de obras viárias expressivamente interventivas, associados à modificação da habitação em geral pelo confinamento e pela verticalidade, conduziram o Bairro Floresta a um quadro de fragmentação microssocial. Boa parte dessa “decadência”, é atribuída, como antes mencionado, à presença das prostitutas na área – especialmente as travestis. Mas, enquanto peças essenciais do quebra-cabeça identitário a região, mais parece que a categoria das profissionais do sexo está representativamente destinada a encarnar problemas amplos do Bairro e desconfortos pessoais dos habitantes. *Considera-se respondido, pois, o segundo problema.*

O processo de reversão das imagens representacionais negativas do Bairro Floresta é uma realidade intrínseca ao potencial das pessoas que ali trabalham ou vivem – e isso inclui a prostituta, o morador, o empresário e pequeno comerciante, as lideranças locais, o papeleiro e o morador de rua -, isto é, ao capital humano que constitui a alma específica daquela região, tão marcadamente plural. Esse processo pode se assentar pela via endógena de produção de referências identitárias, a partir da experiência de pertencimento e do quadro de existência social dos atores sociais, e não propriamente pelos critérios de valoração do olhar exterior, que vai secundariamente afetado.

Convém perceber que os dissensos identitários pulsantes no Bairro não são necessariamente nocivos à cidade, mas, pelo contrário, podem elaborar um saudável espaço de disputa por reconhecimento, cooperatividade e legitimidade, constituindo um rico capital social pautado pela afirmação cultural heterogênea. Nesse sentido, não apenas são possíveis e inevitáveis os entrecruzamentos de matizes tradicionais e sociais diversificadas, como essa coexistência alimenta a cultura.

Associações de bairro, eventos festivos, culturais e gastronômicos, e, ainda, reuniões formais com agentes das secretarias municipais e com o destacamento policial responsável pela área são ações legítimas que contribuem para a produção de

significados afirmativos. Entretanto, deve ser tomada a devida cautela de que o senso de propriedade com o seu ambiente não deságue em um autoritarismo xenófobo, para a qual a diferença representa o perigo da desestruturação identitária, quando se pode operar num sentido diametralmente oposto, ou seja, no horizonte de que o confronto com a diferença afirma a identidade relacionalmente, figurando como um exterior constitutivo. Nesse sentido, é recomendável que as associações comunitárias contem com mecanismos de *accountability*, isto é, de “prestação de contas” a respeito das suas atividades e diretivas, assim como que sejam sempre pautadas pela não-restrição dos usos pacíficos, pela não-elitização das práticas locais, e pela não-repressão cultural.

Mais do que reduzir taxas de criminalidade, uma política de combate à violência deve levar em conta as representações sociais acerca da segurança, percepção esta que advém de múltiplos fatores que não necessariamente a experiência pessoal e a vitimização criminal. A sensação de segurança pode ser aumentada através de instrumentos secundários, isto é, voltados a outras esferas da vida cidadã. Por exemplo, o incremento das relações de confiança (concreta ou abstrata), tanto nas relações pessoais cotidianas quanto nas funções das instituições públicas; a recuperação de ambientes representados como degradados e perigosos, e, portanto, pouco frequentados; o aumento do sentimento de pertença e familiaridade com o espaço, o que resulta em uma ampliação do senso de responsabilidade sobre o local; a adequada prestação de serviços públicos como iluminação, policiamento, manutenção do mobiliário urbano e da estrutura viária e conservação dos bens públicos; a melhoria da comunicação entre população e Estado no que diz respeito às funções e limites de atuação dos poderes públicos; e ainda o engajamento e a participação popular nos espaços de deliberação política. De fato, desorganização social, passividade política e ineficiência governamental são processos que se alimentam mutuamente, reproduzindo lógicas de desencontro. Como se percebe, trata-se de ações cuja perspectiva não é primordialmente a da redução da violência delitiva, mas à promoção da qualidade de vida nas cidades e ao incentivo do exercício das competências do cidadão.

Ainda, parece possível reduzir as taxas de violência nas cidades através da implementação de uma política de segurança integrada, de caráter inteligente, voltada aos micro-contextos peculiares das diferentes regiões brasileiras, sem prejuízo da contribuição absolutamente indispensável dos governos estadual e federal. Essa perspectiva de trabalho deve adotar um método de abordagem plural e multidisciplinar,

atuando simultaneamente em projetos preventivos, de natureza política e social, e em atividades de controle formal e informal.

Assim, as direções até aqui apontadas indicam o caminho de reversão da lógica segundo a qual as ruas e calçadas tem se transformado paulatinamente em não-lugares, sem identidade, onde apenas se passa e não se fica, não se disfruta. Este caminho implica resgate dos usos espontâneos dos espaços públicos, da ocupação heterogênea da cidade e da interação social, *quando então se tem por enfrentado o terceiro problema.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. *A Criminalidade Urbana Violenta no Brasil*: um recorte temático. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB. Rio de Janeiro, n. 35, 1º semestre de 1993, pp. 03-24.

ADORNO, Sérgio. *A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança*: violência, crime e justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. 2006. 282 f. Tese (livre-docência) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder*: bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

ADORNO, Sérgio; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula Mendes de. *Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil*: uma bibliografia. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB. Rio de Janeiro, n. 50, 2º semestre de 2000, pp. 45-123.

ALVAREZ, José Maurício; BITTAR, William Seba Mallmann; VERÍSSIMO, Francisco Salvador. *Vida Urbana*: a evolução do cotidiano da cidade brasileira. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ASSUMPCÃO E LIMA, Mírian. *Confiança na Polícia*: experiência, informação e reflexão como fatores intervenientes. 2003. 89 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Mestrado da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 2003.

ARANTES, Antonio A. Patrimônio Cultural da Cidade. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogerio Proença (Orgs). *Plural de Cidade*: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina, 2009, pp. 11-24.

ARENDT, Hanna. *Eichman em Jerusalém*: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AUGÉ, Marc. *Não-Lugares*: introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9ª ed. Campinas: Papyrus, 2010.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Reforma das Polícias: a visão dos policiais. *Sul 21*. 18 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/reforma-das-policias-a-visao-dos-policiais/>>. Acesso em 19 ago. 2014.

BATISTA, Vera Malaguti. *Café Filosófico: medo, violência e política de segurança*. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=sUABTP0w9oM>>. Acesso em 10 fev. 2014.

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução Crítica à Criminologia Brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

- BATISTA, Vera Malaguti. *O Medo na Cidade do Rio de Janeiro*: dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- BATISTA, Vera Malaguti. *Paz Armada*: criminologia de cordel. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Medo Líquido*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Ed., 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. *O Mal-Estar da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BEZERRA JR, Benilton. Pobreza, agressividade e consumo: três observações sobre a violência no Brasil. In: LEMGRUBER, Julita et al (orgs): *Reflexões Sobre a Violência Urbana*: (in)seguranças e (des)esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, pp. 43-60.
- BIRMAN, Joel. *Mal-Estar na Atualidade*: a psicanálise e as novas formas de subjetivação. 7ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRAITHWAITE, Valerie; LEVI, Margareth. *Trust and Governance*. New York: Russel Sage Fundation, 1998.
- CAIAFA, Janice. *Aventura das Cidades*: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros*: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3ª ed. São Paulo: Editora 34; EdUSP, 2011.
- CANEVACCI, Massimo. *A Cidade Polifônica*: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana. 2ª ed. São Paulo: Studio Nobel, 2004.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A Condição Espacial*. São Paulo: Contextos, 2011.
- CARVALHO, Salo. Observações sobre as (dis)funções do controle penal da sociedade contemporânea. In: MENEGAT, Marildo; NERI, Regina (Orgs.). *Criminologia e Subjetividade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, pp. 31-40.
- CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. *Local y Global*: la gestión de las ciudades em la era de la información. 7ª ed. Madrid: Taurus, 2004.
- CAVALLETTI, Andrea. *Mitología de la Seguridad*: la ciudad biopolítica. Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. *A Cidade Febril*: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- CHRISTIE, Nils. *Uma razoável quantidade de crime*. Col. Pensamento Criminológico nº 17. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2011.
- COELHO NETTO, J. Teixeira. *A Construção do Sentido na Arquitetura*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- CORDEIRO, Graça Índias; COSTA, Antônio Firmino da. Bairros: contexto e intersecção. In: VELHO, Gilberto (Org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- COTTINO, Amedeo. White-Collar Crime. In: Colin Sumner (Org.). *The Blackwell Companion to Criminology*. Blackwell Publishing, 2004.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente 1300-1800: uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- DELUMEAU, Jean. Medos de ontem e de hoje. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ensaio Sobre o Medo*. São Paulo: Senac: Sesc, 2007.
- DIÁRIO GAÚCHO. *Do Gasômetro à Vila dos Papeleiros, o crack manda: Brigada Militar mostra os pontos nos quais acontecem as maiores apreensões*. Caderno O que há de novo [versão eletrônica]. 2009. Disponível em: <<http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/noticia/2009/11/do-gasometro-a-vila-dos-papeleiros-o-crack-manda-2726991.html>> Acesso em 27 jul. 2014.
- Distrito C*: distrito criativo de Porto Alegre: criatividade, conhecimento e experiências. Disponível em: <<http://distritocriativo.wordpress.com>>. Acesso em 12 out. 2014.
- DIVAN, Gabriel Antinolfi; ROSA, Alexandre Morais da. Neoliberalismo e *cultura do medo*: rápidas palavras sobre velhas *servidões*. In: BIZZOTTO, Alexandre; SILVA, Denival Francisco da (Orgs.). *Sistema Punitivo: o neoliberalismo e a cultura do medo*. Goiânia: Kelps, 2012.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e Perigo*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. *Risco e Cultura*: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- DOWBOR, Ladislau. *A Reprodução Social*: propostas para uma gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1998.
- DURAND, Gilbert. *O Imaginário*: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 1998.
- FELETTI, Vanessa Maria. *Vende-se Segurança*: a relação entre o controle penal da força de trabalho e a transformação do direito social à segurança em mercadoria. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

FREIRE, Christiane Russomano. *As Representações Sociais da Punição entre os Policiais Cíveis, Policiais Militares e Gestores Penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul*. 2014. 251 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Criminais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Ano 8, 156 f. São Paulo: 2014.

GADEA, Carlos A. *Paisagens da Pós-Modernidade: cultura, política e sociabilidade na América Latina*. Itajaí: Univale, 2007.

GARLAND, David. *La Cultura del Control: crimen y orden social en la sociedad contemporánea*. Barcelona: Gedisa, 2005.

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

GLASSNER, Barry. *Cultura do Medo*. São Paulo: Francis, 2003.

HAESBAERT, Rogério. *Da Desterritorialização à Multiterritorialidade*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR. Anais. Ética, Planejamento e Construção Democrática do Espaço. Rio de Janeiro, v. 9, 2001.

HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In: CORRÊA, Riberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.

HAESBAERT, Rogério. *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios, In-Segurança e Risco em Tempos de Contenção Territorial*. Disponível em: <http://iner.udea.edu.co/grupos/GET/Seminario_Geografia_Perla_Zusman/12-Haesbaert.pdf>. Acesso em 10 mai. 2014.

HARDT, Michael; NEGRI, Antônio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HARVEY, David. *Spaces of Hope*. Berkeley: University of California, 2000.

ISLA, Alejandro; MÍGUEZ, Daniel. *Entre la Inseguridad y el Temor: instantáneas de la sociedad actual*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACOBS, Jane. *The Death and Life of Great American Cities*. New York: Modern Library, 2011.

JAMESON, Frederic. *A Virada Cultural: reflexões sobre o pós-moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

JASMIN, Marcelo. O despotismo democrático, sem medo e sem Oriente. *In*: NOVAES, Adauto (Org.). *Ensaaios Sobre o Medo*. São Paulo: Senac: Sesc, 2007.

KARAM, Maria Lúcia. *Escritos Sobre a Liberdade*: recuperar o desejo de liberdade e conter o poder punitivo. v I. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

KEHL, Maria Rita. Elogio do Medo. *In*: NOVAES, Adauto (Org.). *Ensaaios Sobre o Medo*. São Paulo: Senac: Sesc, 2007.

KUNDERA, Milan. *A Insustentável Leveza do Ser*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Trad. Donald Nicholson-Smith. Malden: Blackwell, 1991.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-Usos da Cidade*: lugares e espaço público na experiência urbana. 2ª ed. Campinas: Editora Unicamp: Editora UFS, 2007.

LEITE, Rogério Proença. Espaços Públicos na Pós-Modernidade. *In*: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs.). *Plural de Cidade*: novos léxicos urbanos. Coimbra: Edições Almedina, 2009, pp. 187-204.

LEVI, Primo. *Os Afogados e os Sobreviventes*: os delitos, os castigos, as penas, as impunidades. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Bacarolla, 2004.

LUHMANN, Niklas. *Confianza*. Santiago de Chile: Instituto de Sociologia: Pontificia Universidad Católica de Chile, 1996.

LUZ, Tiago Pires Fidelis da; SCHMITT, Paula Helena. Espaço e identidade: estigma, distinção, segurança. *In*: COSTA, Marli Marlene Moraes da; LEAL, Mônia Clarissa Hennig (Orgs.). *Políticas Públicas no Constitucionalismo Contemporâneo* [livro eletrônico]. Curitiba: Multidea, 2014. pp. 151-170.

LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

MAFFESOLI, Michel. *A Parte do Diabo*: resumo da subversão pós-moderna. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, n. 15, agosto de 2001, pp. 76-81.

MARTINS, Sérgio. A neutralização do direito à cidade na (re)produção da metrópole antiurbana. *In*: CAMPOS, Andreino; SILVA, Catia Anotnio da (Orgs.). *Metrópoles em Mutação*: dinâmicas territoriais, relações de poder e vida coletiva. Rio de Janeiro: Revan: Farperj, 2008, pp. 55-80.

- MARTINS, Sérgio. Poder, política, urbano e a caixa de pandora. *Revista Cidades: formas espaciais e política(s) urbana(s)*. Vol. 7, n. 11, jan-jun 2010. Presidente Prudente: Grupo de estudos Urbanos, 2004, pp. 79-120.
- MATE, Reyes. *Meia-Noite na História: comentários às teses de Walter Benajmin sobre o conceito de história*. São Leopoldo: Unisinos, 2011.
- MONGIN, Olivier. *A Condição Urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. 14ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MOUFFE, Chantal. *On the Political*. London: Routledge, 2005.
- NETO, Theodomiro Dias. *Segurança Urbana: o modelo da nova prevenção*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.
- NOGUEIRA DIAS, Fernando. *O Medo Social e Os Vigilantes da Ordem Emocional*. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.
- OLIVEIRA, Tiara Alessandra; RIBEIRO, Tatiana Costa. Vizinhança e Solidariedade. In: ESPINHEIRA, Gey (Org.). *Sociedade do Medo: teoria e método da análise sociológica em bairros populares de Salvador: juventude, pobreza e violência*. Salvador: Edufpba, 2008.
- PEREIRA, Anthony W. *Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- PESSOA, Fernando. *Livro do Desassossego*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- PORTO, Maria Stela Grossi. *Mídia, Segurança Pública e Representações Sociais*. In: II Encontro Brasileiro do Fórum de Segurança Pública, 2008, Recife. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12599/14376>.
- PORTO, Maria Stela Grossi. *Sociologia da Violência: do conceito às representações sociais*. Brasília: Verbena, 2010.
- RANCIÈRE, Jacques. Do medo do terror. In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ensaio Sobre o Medo*. São Paulo: Senac: Sesc, 2007.
- RATTON, José Luiz; ZAMBONI-RATTON, Marcela. *Confiança, Normalidade e Interação: aproximações entre Simmel e Goffman*. XXX Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS. 24-28 out. 2006. Caxambu. Disponível em: [file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/JRatton_MRatton_Confianca%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Downloads/JRatton_MRatton_Confianca%20(1).pdf)
> Acesso em 13 nov. 2014.

- RIPOLL, Joana Cavedon; SAAVEDRA, Giovani Agostini. Espaço Social e Estigmatização: um estudo de criminologia do reconhecimento. In: FAYET JR, Ney; MAYA, André Machado (Orgs). *Ciências Penais: perspectivas e tendências da contemporaneidade*. Curitiba: Juruá, 2011, pp. 177-194.
- ROCHA, Álvaro Felipe Oxley. Criminologia e Mídia: os usos sociais do crime e da violência na luta por poder simbólico. In: FAYET JR, Ney; MAYA, André Machado (Orgs). *Ciências Penais: perspectivas e tendências da contemporaneidade*. Curitiba: Juruá, 2011.
- RUBINO, Silvana. Enobrecimento urbano. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Orgs). *Plural de Cidade: novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, pp. 25-38.
- SÁNCHEZ, César David Mariñez. *La Confianza: aproximaciones teóricas y propuesta sistémica para su abordaje em las ciencias sociales*. Século XXI - Revista de Ciências Sociais. Vol. 2, n. 1, jan-jun 2012. Santa Maria: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, pp. 168-199.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6ª ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. 7ª ed. São Paulo: EdUSP, 2007.
- SECRETARIA-ADJUNTA DE LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL. *Ética Profissional para Travestis e Transexuais*. Porto Alegre.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987, pp. 11-25.
- SOARES, Luiz Eduardo. Segurança Municipal no Brasil – sugestões para uma agenda mínima. In: SANTO-SÉ, João Trajano (Org.). *Prevenção da Violência: o papel das cidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SODRÉ, Muniz. Violência, Mídia e Política. In: LEMGRUBER, Julita et al (orgs): *Reflexões Sobre a Violência Urbana: (in)seguranças e (des)esperanças*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, pp. 33-41.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A Prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *ABC do Desenvolvimento Urbano*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

- SOUZA, Ricardo Timm de. *Ainda Além do Medo*: filosofia e antropologia do preconceito. Porto Alegre: Dacasa, 2002.
- SOUZA, Ricardo Timm. *Levinas e a Ancestralidade do Mal*: por uma crítica da violência biopolítica. Série Filosofia nº 215. Porto Alegre: Edipucrs, 2012.
- SOUZA, Ricardo Timm de. *O Tempo e a Máquina do Tempo*: estudos de filosofia e pós-modernidade. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- STAM, Robert. Quem tem medo de Donald Rumsfeld? In: NOVAES, Adauto (Org.). *Ensaaios Sobre o Medo*. São Paulo: Senac: Sesc, 2007.
- TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do Medo*. São Paulo: Unesp, 2005.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A Invenção da Favela*: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VIRILIO, Paul. *La Inseguridad del Territorio*. Buenos Aires: La Marca, 1999.
- XIBERRAS, Martine. *As Teorias da Exclusão*. Porto Alegre: Instituto Piaget, 1993.
- YOUNG, Jock. *A Sociedade Excludente*: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Col. Pensamento Criminológico nº 07. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul. *Em Busca das Penas Perdidas*: a perda de legitimidade do sistema penal. 5ª ed. Rio de Janeiro: Revan. 2001.
- ZAFFARONI, Eugenio Raul. Buscando o inimigo: de satã ao direito penal *cool*. In: MENEGAT, Marildo; NERI, Regine (Orgs.). *Criminologia e Subjetividade*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, pp. 03-40.
- ZERO HORA. *Lixo e tráfico voltam às ruas de loteamento na Capital*: moradores da antiga Vila dos Papeleiros temem incêndios e a ação de traficantes. Caderno ZH Notícias [versão eletrônica]. 2012. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/10/lixo-e-traffic-voltam-as-ruas-de-loteamento-na-capital-3905148.html>> Acesso em 27 jul. 2014.
- ZERO HORA. *“Achei que ia morrer, nunca ouvi tanto tiro”, conta o delegado*. Caderno ZH Notícias [versão eletrônica]. 2014. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/06/achei-que-ia-morrer-nunca-ouvi-tanto-tiro-conta-delegado-4520119.html>>. Acesso em 04 ago. 2014.
- ŽIŽEK, Slavoj. *Como Ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- WACQUANT, Loïc. *Punir os Pobres*: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. 3ª ed. Col. Pensamento Criminológico nº 06. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2003.